

Caderno de apoio aos
DOCENTES



SEXUALIDADES E GÊNERO:

**CORPOS CULTURALMENTE CONSTRUÍDOS
E HISTORICAMENTE MODELADOS**

Por: Leonardo Vieira

VOLUME ÚNICO

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
CAMPUS PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
NA EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA
EDUCAÇÃO

PRODUTO EDUCACIONAL

Caderno de apoio aos docentes
Sexualidades e gênero: corpos culturalmente
construídos e historicamente modelados

LEONARDO CARDOZO VIEIRA

Orientador: Prof. Dr. Marcos André Betemps Vaz da
Silva

Co-Orientadora: Prof^a. Dra. Angelita Hentges

Pelotas - RS
Julho/2017

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS	6
1. CONCEITOS IMPORTANTES.....	10
2. SEXISMO E HETERONORMATIVIDADE	19
3. ABORDAGENS CULTURAIS	23
3.1. Enraizamentos das sexualidades às concepções religiosas.....	23
3.2. Aborto.....	28
3.3. Desigualdade de gênero	33
3.4. Masturbação e valorização da virgindade feminina.....	38
4. SUGESTÕES DE FILMES QUE TRATAM AS SEXUALIDADES E O GÊNERO.....	44
5. SUGESTÕES DE TEXTOS QUE TRATAM DAS SEXUALIDADES E DO GÊNERO	50
REFERÊNCIAS	53

APRESENTAÇÃO

Prezada/o docente, este caderno é resultado de uma pesquisa de Mestrado em Ciências e Tecnologias na Educação, que buscou compreender os sentidos atribuídos ao gênero e às sexualidades por estudantes de Ensino Fundamental a partir do Livro Didático de Ciências. Ao longo da pesquisa ficou evidente que, embora o livro didático trate o tema 'sexo e corpo', essas abordagens apresentam-se voltadas ao preventivo e ao higienismo, negando, dessa forma, os vieses históricos, sociais e culturais que concebem os corpos sexuados, constituindo, assim, os conceitos para sexualidades e gênero.

O material apresenta algumas temáticas relativas ao assunto gênero e sexualidades que possam colaborar teoricamente com o/a professor/a ao longo de atividades pedagógicas, propondo-se a ser um material auxiliar ao livro didático.

Acreditamos numa Educação para as sexualidades e para as diversidades de gênero, além dos aspectos orgânicos e preventivos, mas que proporcione aos jovens diversas reflexões acerca da condição da mulher na sociedade, dos

preconceitos sexuais, do sexismo e da heteronormatividade. Nesse sentido, ao final do caderno é possível encontrar algumas sugestões de filmes e textos que podem contribuir para um efetivo enriquecimento teórico.

Esperamos que você, docente, faça um bom uso desse material.

Atenciosamente,

O autor

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quantas vezes sentimos nossos/as estudantes manifestarem as famosas 'risadinhas de canto', quando o/a professor/a resolveu conversar sobre sexo, sexualidades ou gênero. Essas risadinhas sinalizam-nos como uma mensagem subliminar: "não estamos acostumados a falar sobre isso, mas queremos". Por muito tempo, falar sobre sexo, mesmo numa perspectiva preventiva, constituía-se como uma forma de incentivo às práticas sexuais. Dessa negação, produziam-se e reproduziam-se diversos conceitos, mitos e valores acerca do sexo e suas nuances.

Os estudantes, como sinalizado na pesquisa que deu gênese a esse trabalho, utilizam-se, na grande maioria, da internet como fonte de informações para assuntos ligados ao sexo, o que pressupõe que a família continua negando o assunto, seja por falta de informações seja por convicções, inclusive religiosas.

Dessa forma, a escola e a Educação Formal tornam-se uma ferramenta de grande poder, cabe a elas a tarefa de orientar, discutir e refletir as sexualidades, as diversidades e o gênero. Porém, sabe-se que a escola é um espaço humano, carregado de valores socialmente construídos e moralmente conservados, dessa forma, ocultando ou omitindo assuntos com vieses sexuais. Tanto que a pesquisa no Livro Didático que inspirou a elaboração desse caderno evidenciou abordagens totalmente biológicas para o sexo, em caráter preventivo e orgânico. Dessa forma, quando o Livro Didático ou práticas pedagógicas direcionam abordagens ou negam assuntos importantes e de fundamentais discussões, estão (re)produzindo conceitos socialmente formados. “O silêncio é um instrumento político de apagamento e assim, o que a história não diz, escapa às narrativas da tradição [...] (PARANÁ, 2009, p. 124).

Vale aqui salientar que, embora os Parâmetros Curriculares Nacionais tenham sido criados na década de 90, já havia uma preocupação com os possíveis direcionamentos biológicos dados às sexualidades:

[...] a partir da puberdade, os alunos também já trazem questões mais polêmicas em sexualidade, já apresentam necessidade e melhores condições de refletir sobre temáticas como aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição e outras. Se antes os alunos se informavam sobre o aborto, nessas

séries surge a discussão sobre as complexas questões que ele envolve. Se antes os alunos recebiam mensagens sobre os valores associados à sexualidade, agora vão discutir, questionar e configurar mais claramente seus próprios valores. É importante que a escola possa oferecer um espaço específico dentro da rotina escolar para essa finalidade. (BRASIL, 1998, pag. 88)

Se o Livro Didático trazer informações acerca de prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis, mas não trazer sobre o “aborto”, estará contribuindo para a reprodução de conceitos socialmente delimitados sobre o tema. Da mesma forma, se um estudante questionar à/ao docente sobre “o que é o aborto?”, a resposta poderá ou não reproduzir concepções desse/a docente, indicando possíveis direcionamentos ou silenciamento sobre o assunto.

Ao longo do trabalho estão pontuados alguns assuntos **não** abordados ou fragilmente desenvolvidos pelo Livro Didático de Ciências do 8º ano, no capítulo que especificamente, tratou de Adolescência e reprodução humana, pois mesmo o Livro Didático do/a professor/a apresentava conceitos errados e poucas orientações para um efetivo trabalho das diversidades.

Embora esse caderno não tenha o objetivo de ser orientador e tampouco de servir como um manual aos

docentes, temos a preocupação de apresentar alguns conceitos teóricos e indicar alguns materiais (filmes e textos) que possam auxiliar o trabalho do/a professor/a, nas diversas dimensões das sexualidades.

1. CONCEITOS IMPORTANTES

Para um entendimento das dimensões culturais, históricas e sociais que constituem os corpos sexuados, é fundamental considerar, embora brevemente, alguns conceitos, como sexo, sexualidades, gênero, orientação sexual e diversidade de gênero.

Segundo Louro (2000), o sexo adquire um conceito referente às diferenças anatômicas entre homem e mulher. Nessa perspectiva, sexo se refere à condição da espécie humana, o que, biologicamente, é constituída como dióica, ou seja, apresenta machos e fêmeas separados. A autora considera um conceito para sexo “como um termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que vemos como diferenciando homens e mulheres” (p.29).

Historicamente, houve uma tentativa de considerar o sexo como único, colocando as mulheres como inferiores, ou seja, como um homem invertido, inclusive com tentativas da época de analogizar a anatomia sexual e reprodutora, (LAQUEUR, 2001). Somente por força da revolução industrial,

a distinção sexual se configurou na perspectiva, ainda debatida e reproduzida atualmente, de que os homens são todos iguais, mas as mulheres são frágeis.

Porém, todo corpo sexuado é constituído de historicidade e cultura, “todos os machos e fêmeas biológicos são submetidos a um processo de socialização sexual no qual noções culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade são modeladas ao longo da vida” (PARKER, 2000, p. 96). Nessa ótica, Weeks (2000), salienta que:

[...] mesmo que o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo. A sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico (pag. 25).

Mesmo que a Biologia, através da genética, determine o nosso corpo biológico, o que constitui o conceito aqui descrito para sexo, é impossível ignorar as diversas tecituras culturais de um corpo biológico. Dessa maneira, as sexualidades consideram essas condições culturais, sociais e históricas que tecem o corpo para além do orgânico.

Nessa perspectiva, as sexualidades (WEEKS, 2000, p.41) são uma descrição geral para uma “série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente

construídas e historicamente modeladas”, com o que Michel Foucault denominou “o corpo e seus prazeres”.

Os Temas Transversais dos PCNs (1997) expõem o conceito de sexualidades da Organização Mundial da Saúde, atribuindo características que vão além das características biológicas do sexo:

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico (p.295).

Os PCNs, embora ampliando o conceito para as sexualidades, ainda o limita às condições psicológicas e orgânicas do ser humano, quando se refere à intimidade, ao amor e à saúde física e mental, mas desconsidera o legado histórico-cultural das sexualidades. Segundo Louro (2000), as sexualidades não são algo naturais, pois envolvem rituais, linguagens, fantasias, símbolos e representações, inclusive citando Foucault, quando se refere às sexualidades como um dispositivo histórico, constituído a partir de múltiplos discursos

sobre o sexo, com a intenção de regular, normatizar e produzir “verdades”.

Para Furlani (2007), “em meio a disputas e relações de poder, as muitas instituições sociais, usando de seus discursos normativos, posicionam certos saberes como ‘hegemônicos’, muitas vezes transformando a diferença ‘do outro’ em desigualdade social” (p. 12).

Nessa ótica, as diversas práticas do ambiente escolar, que muitas vezes não fazem parte do currículo oficial, contribuem de forma implícita para as aprendizagens (SILVA, 2015).

Nessas formas implícitas de aprendizagens, estão as relações de gênero, onde as masculinidades e as feminilidades são constituídas. Para melhor compreensão, é importante a descrição do conceito de gênero. Segundo Giddens (2005, p. 102-103), “o gênero está ligado às noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto direto do sexo biológico de um indivíduo”. Para Scott (1995, p. 86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder.”

Ainda segundo Scott (1995, p. 86):

“o gênero implica quatro elementos: os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (...) os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos (...), uma noção de política bem como uma referência às instituições e organização social (...) e a identidade subjetiva.”

A escola, enquanto instituição social, deveria estar atenta à reprodução desses discursos que geram desigualdades. É preciso considerar que a escola é um espaço de produção e reprodução social, onde muitos saberes estão carregados de significados e sentidos culturalmente atribuídos, formando o currículo oculto que seriam todas aquelas práticas e discursos que são reproduzidos no ambiente escolar, mas que não estão evidenciados no currículo oficial (SILVA, 2015).

O conceito de gênero foi criado para que as identidades masculinas e femininas fossem enfatizadas como histórica e socialmente produzidas (SILVA, 2015). Tendo o entendimento do conceito de gênero, como uma construção social para o domínio das sexualidades, percebemos que as identidades não são definidas pela Biologia. Assim, é preciso observar as diferenças de gênero, já que são resultantes de nossas muitas práticas e discursos diários.

“Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci*

das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão” (LOURO, 2004, p. 64).

Concordando com Louro, nessa perspectiva das diferenças de gênero, Martins (2009) observa que “tanto na educação familiar quanto na educação escolar os valores associados à feminilidade e à masculinidade continuam a ser reproduzidos como se homens e mulheres pertencessem a mundos separados” (p. 93).

Considerando essas reproduções de valores e crenças associados às masculinidades e às feminilidades, é possível, entender as muitas formas de relações de poder instituídas nas diferenças de gênero, o que resulta numa sociedade heteronormativa e patriarcal, baseada em modelos de normatização social.

Nesse processo de significação social, Louro (2000), afirma que os “corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados, definindo as identidades sociais, entre elas sexuais e de gênero. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.” (p. 08).

A partir dessa descrição de Louro, e na perspectiva de Weeks (2000), a identidade de gênero está ligada à

percepção pessoal quanto às masculinidades e feminilidades (ser homem ou mulher), já o conceito de orientação sexual está ligado à orientação do desejo sexual. Assim nem todos os indivíduos que nascem no sexo masculino, terão identidade de gênero masculina, por isso é errado perguntarmos o gênero de uma pessoa, pedindo para assinalar masculino ou feminino. Nesse caso, gênero estaria, erroneamente, sendo considerado como sinônimo de sexo. “Os corpos não são, pois, tão evidentes como usualmente pensamos. Nem as identidades são uma decorrência direta das "evidências" dos corpos” (LOURO, 2000, p. 08).

Embora de maneira muito simples, a figura abaixo, criada pelo Centro Universitário de Belo Horizonte, demonstra de uma maneira bem didática alguns conceitos que, por vezes, parecem ser complexos:

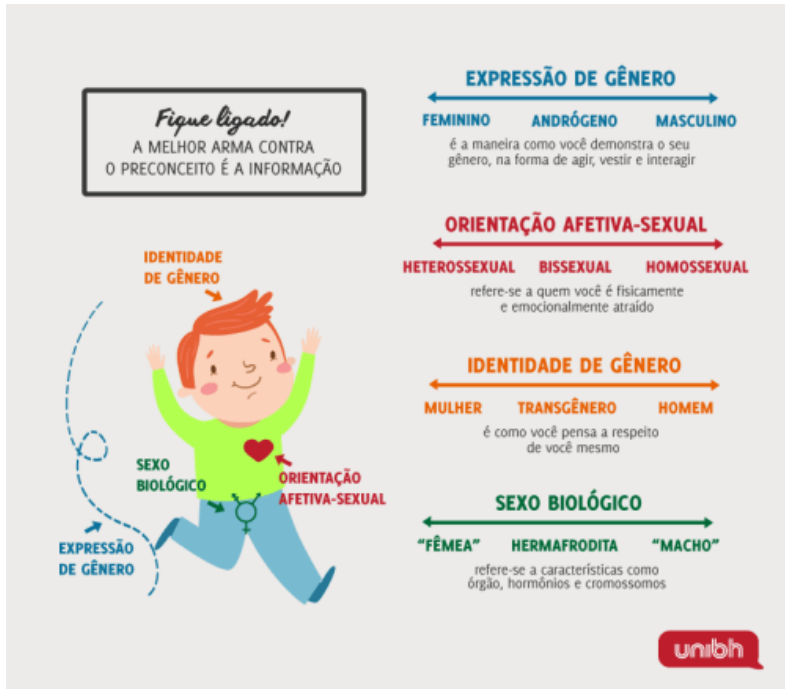


Figura 1: Identidade de Gênero¹

Mesmo a imagem sendo bastante didática, ela polariza as expressões, orientações e identidades, vale destacar que nem todos os indivíduos estarão identificados por esses pólos, ou seja, há indivíduos que não tem atração física por nenhum dos dois sexos, ou não identificam seu pertencimento ao masculino ou feminino. Também é importante considerar que ser bissexual, transgênero ou hermafrodita não é estar

¹ Fonte: <http://unibh.br/> (Acesso em maio de 2017.)

“em cima do muro” ou ser metade.

Nos binarismos constituídos socialmente como homem/mulher, hetero/homossexual, branco/negro, macho/fêmea, estão as diversas impressões digitais daquilo que cultural e historicamente foi considerado normal e aceito. Nessa concepção de normatização social, o próximo item preocupa-se com apontamentos dos conceitos de heteronormatividade e sexismo.

2. SEXISMO E HETERONORMATIVIDADE

O sexismo e a heteronormatividade são conceitos criados para referirem-se respectivamente a prevalência social de um sexo sobre outro e aos padrões que são normalizados socialmente.

Segundo Mesquita (2011), é a partir de preconceitos instituídos sobre determinado sexo, que se encontra o sexismo, que em conceito abrangente pressupõe a prevalência de um sexo em detrimento do outro, com avaliações negativas e atos discriminatórios, podendo se manifestar de forma institucional, a partir de salários diferenciados. O sexismo, na forma de machismo, seria resquício da cultura patriarcal, isto é, em que a mulher é colocada como inferior ao homem, incapaz de exercer os mesmos papéis que ele.

De acordo com Miskolci (2009, p.156), a heteronormatividade é um termo cunhado em 1991, referindo-se a “um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma

denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade.”

É importante compreender que a heteronormatividade está imbuída em muitos valores e crenças que são difundidas socialmente, em várias instituições sociais, como comportamentos sexuais considerados “normais” e “aceitos”, portanto, tal quanto as práticas pedagógicas, o livro didático enquanto um instrumento de apoio pedagógico muito utilizado nas escolas, é um meio de veiculação de ideologias (FRISON, 2009).

O modelo “normal” é a família nuclear constituída por um casal heterossexual e seus filhos. Essa forma de organização social é, na verdade, mais do que normal, ela é tomada como natural. Processa-se uma naturalização — tanto da família como da heterossexualidade — que significa, por sua vez, representar como não-natural, como anormal ou desviante todos os outros arranjos familiares e todas as outras formas de exercer a sexualidade. Esse padrão está presente explícita ou implicitamente nos manuais, nos discursos, nas políticas curriculares e nas práticas (por vezes até naquelas e naqueles que se pretendem progressistas) (LOURO, 2004, p. 133 e134).

Nessa perspectiva descrita por Louro, a reprodução de sentidos patriarcais ligados às sexualidades, em especial ao modelo de família, está nas práticas curriculares, representado pelo modelo de família tradicional, compreendida pelo pai, mãe e filhos, cuja figura paterna é o

“chefe” da família, é nada mais que a reprodução de um modelo heteronormativo, isto é, um modelo “normatizado” pela sociedade.

Conforme anteriormente descrito por Miskolci (2009), como heteronormatividade, essa prática de “normatizar” os indivíduos segundo padrões culturais estabelecidos salientam a família heterossexual, a figura masculina, os atributos da masculinidade e a inferioridade das mulheres nessa constituição de ser homem e mulher na sociedade.



Figura 2: Tiras sobre machismo²

A tira retrata os conceitos heteronormativos que são reproduzidos socialmente, a partir de que se torna socialmente “hereditário”. O machismo como uma forma de sexismo se constitui e ganha raízes na educação familiar, escolar e social, quando evidencia o patriarcalismo.

² Fonte: <http://taynaramiranda.tumblr.com/page/2> (Acesso em Maio de 2017).

Estas práticas heteronormativas e sexistas estão fortemente enraizadas nas instituições sociais, inclusive religiosas. No item a seguir, veremos alguns desses enraizamentos das sexualidades nas concepções religiosas.

3. ABORDAGENS CULTURAIS

É importante considerar que, por se tratar de um caderno de apoio teórico, esse material não tem a intenção de trazer conceitos prontos e acabados, mas pontuar-se como um meio de reflexão de conceitos que são socialmente estruturados, culturalmente construídos e historicamente modelados.

3.1. Enraizamentos das sexualidades às concepções religiosas

Os diversos sentidos e práticas que determinam comportamentos socialmente esperados para homens e mulheres foram sendo constituídos com a finalidade de controle dos corpos sexuados e dominação masculina. Louro (2004) refere-se a eles como “marcas”, quando homens e mulheres adultos têm “gravados” nas suas histórias pessoais comportamentos ou modos de ser, cuja reprodução acontece na família, na escola, na mídia, na igreja, elegendo-se como uma pedagogia que reitera e produz práticas hegemônicas e identitárias.

Por anos, a Igreja Católica doutrinou práticas como masturbação, valorizou a virgindade feminina e abominou o aborto e a homossexualidade, essas doutrinas nada mais são do que controles de corpos que, ao se instituírem, produziram verdades que socialmente foram sendo reproduzidas e modeladas historicamente, gerando desigualdades e preconceitos.

As concepções religiosas ditas conservadoras são formas de exercer o poder e, então, controlar corpos, nesse binarismo sagrado / profano institui-se o legado da religião na construção dos valores individuais dentro do meio social (DURKHEIM, 2000). Ela torna-se essencial na construção das representações, sendo estas construções sociais dos indivíduos que fundamentam, direta ou indiretamente, as regras de conduta dos indivíduos.

Para Silva:

A religião tem sido no decorrer da história, um fator determinante sobre a sexualidade humana, ora impondo regras rígidas, em outros momentos procurando orientar o ser humano nessa dimensão tão importante da vida. A religião em relação à sexualidade tem sido um instrumento ideológico e político-social, de forma que tem orientado os indivíduos para uma moral, na maioria das vezes, negando sua sexualidade (Sem ano, p. 5).

As religiões têm uma importante função no controle das sexualidades, já que agem como uma controladora de corpo,

doutrinando e ditando regras. Nessa tessitura, a escola como uma instituição educadora de comportamentos, sempre foi /é alvo de atenção dos religiosos, conforme descreve Louro sobre a instituição escolar:

[...] historicamente ela veio ganhando um lugar especial dentre as demais instâncias e instituições sociais. Alvo de atenção dos religiosos, dos estados e das famílias, ela foi se constituindo como necessária para formação de meninos e meninas, ao mesmo tempo em que deslocava a importância de outros espaços formadores. A escola foi atribuída, em diferentes momentos, a produção do cristão; do cidadão responsável; dos homens e das mulheres virtuosos/as; das elites condutoras; do povo sadio e operoso; etc. Certamente não se esperava que ela desempenhasse sozinha essas tarefas, embora, com muita frequência, elas lhe fossem explícita e pontualmente endereçadas (LOURO, 2004, p. 90).

É impossível descartar as influências religiosas, tanto na escola, quanto na família, e todas as instituições ligadas à educação, incluindo o Livro Didático, enquanto tecnologia educacional que sofre as interferências do sexismo enraizado em práticas religiosas conservadoras. Essa influência mobiliza uma série de dualismos saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo, etc, que acabam categorizando as práticas sexuais, os comportamentos e, por consequência, as identidades sexuais (LOURO, 2004).

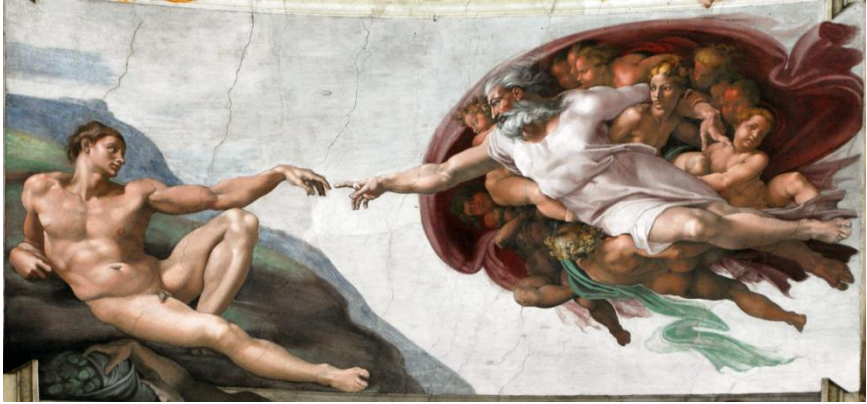


Figura 3: A criação de Adão de Michelangelo³

Na figura, retratando a obra de Michelangelo, criada por afresco no teto da Capela Sistina (Roma), entre 1508 e 1512, em que Deus dá a vida primeiramente ao homem (sexo masculino), e posteriormente criará Eva, para que ele (o homem) não se sinta só no paraíso. A mulher cairá em tentação e levará a humanidade ao pecado. Esse conceito bíblico a partir de Gênesis evidencia uma concepção sexista e valorização masculina, afinal de contas, biblicamente, o pecado existe porque a mulher (Eva) caiu em tentação e comeu o fruto proibido.

³ Fonte: <https://seuhistory.com> (Acesso em abril de 2017).

Discursos conservadores, sexistas, normatizações de padrões sexuais e as sexualidades demonstram o quão forte estão enraizadas as influências religiosas nas diversas instâncias sociais. Além disso, percebe-se o quanto as práticas pedagógicas precisam refletir as sexualidades e o gênero em todos os seus vieses, todas as suas cores e todas as suas histórias.

Um dos temas que está fortemente atravessado pelas tessituras religiosas é o aborto; embora muitos países já o tenham legalizado, no Brasil a alegação para manter a criminalização da prática abortiva circunda-se por argumentos religiosos e bíblicos. No item a seguir, abordamos alguns apontamentos acerca do aborto.

3.2. Aborto

O aborto é um dos grandes problemas de Saúde Pública que enfrentamos no mundo, em torno de 20 milhões de mulheres realizam abortos inseguros todo ano, muitas acabam morrendo em função das complicações (BARROS, 2008)

Na perspectiva do autor, em 1994, a conferência do Cairo fez muitos países atentarem para o planejamento familiar e os direitos reprodutivos, mas, mesmo assim, os problemas causados pelo aborto continuam sem solução em muitos países.

No Brasil, o aborto é legalizado somente quando a mãe corre risco de morte ou em casos de gravidez gerada por estupro. “Trata-se de uma previsão legal presente no artigo 128 do Código Penal brasileiro promulgado em 1940. O aborto legalizado é chamado ‘aborto legal’”(PARANÁ, 2009, p.102).

O corpo feminino por muito tempo fora objeto de controle pelo corpo masculino, dessa forma, as práticas de controle exercidas sobre as mulheres ainda refletem esse modelo patriarcal na sociedade contemporânea (WEEKS,

2000). Assim sendo, o aborto, está carregado de manifestações religiosas, crenças e valores acerca da vida, não dando à mulher a opção pela interrupção da gravidez se assim for seu desejo, há um controle social sobre o corpo sexuado da mulher.

Assim, o aborto é constituído socialmente de um carácter religioso, e aquela que o comete será responsabilizada por um pecado ou, judicialmente falando, por um crime.

Nessa ótica, os conceitos ideológicos para a prática do aborto são reproduzidos em todas as instâncias sociais, assim qualquer reflexão que possa ser contra a corrente ideológica, será possivelmente negada.

O poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também "faz", produz, incita. Chamando a atenção para as minúcias, para os detalhes, para táticas ou técnicas aparentemente banais, ele nos faz observar que o poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos (LOURO, 2004, p. 40)

Quando o currículo, as práticas pedagógicas e o livro didático negam o aborto estão produzindo sujeitos e induzindo comportamentos instituídos.

Nessa ótica, é necessário pensar que se uma de nossas alunas está questionando o conceito de aborto pode significar que ela cometeu ou vai cometer uma prática abortiva, assim sendo, é necessário que o/a docente esteja despedido das ideologias culturalmente produzidas para, então, colocar o assunto em discussão. O conceito para aborto constitui-se, unicamente, como interrupção de uma gravidez, conforme a Associação para o Planejamento da Família, porém quando o/a docente colocar a sua opinião frente a essa interrupção estará, possivelmente, manifestando ideologias, que podem gerar preconceitos ou discriminação.

Desde o ano de 2015, está na Câmara dos Deputados, o projeto de Lei que Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências, inclusive legalizando a prática do aborto, cuja parte da justificativa transcrevemos abaixo:

O direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, em ambiente legal e seguro, está fundado no Direito Internacional dos Direitos Humanos. O Estado Brasileiro, como signatário dos pactos e convenções de Direitos Humanos e seus protocolos, que formam o corpus jurídico deste direito, está obrigado a garantir às mulheres os seguintes direitos: à vida, ao máximo possível de saúde física e mental; à igualdade e não discriminação; à intimidade e à autonomia reprodutiva; à liberdade; a não serem submetidas a maus tratos, crueldade e degradação; à liberdade de consciência e religião, entre outros. (BRASIL, 2015, p. 12)

O proponente do projeto de Lei, Deputado Jean Wyllys, descreve que a criminalização do aborto reflete as políticas de classe, isto é, mulheres pobres que não podem fazer abortos em boas clínicas sofrem o preço dessa criminalização. Dessa forma, deve constituir o direito das mulheres (de todas as classes sociais) a interrupção voluntária da gravidez.

A discussão sobre aborto precisa estar nos currículos escolares, nas práticas pedagógicas e precisa adentrar a transversalidade disciplinar, a escola é o caminho para a garantia da equidade de gênero.

O jornal Britânico *The Guardian* publicou, no início de 2016, uma matéria do jornalista *FDavid Robert Grimes*, de onde fora traduzida a figura abaixo, levantando os mitos sobre aborto. É preciso estar atento a todos esses mitos, e proporcionar aos adolescentes discussões acerca do assunto.



Figura 1: Mitos sobre o aborto⁴

Às mulheres não são dadas a opção de decidirem sobre os seus corpos. Os corpos femininos pertencem a outros que não elas. Essa dominação sobre as mulheres se constitui pela histórica desigualdade de gênero, gravada ao longo da cultura pelas práticas machistas e heteronormativas. O item a seguir busca uma breve descrição da desigualdade de gênero.

⁴ Fonte: Jornal The Guardian - <https://livrepensamento.com/2016> - (Acesso em maio de 2017).

Desigualdade de gênero

No que tange à desigualdade de gênero, a mulher, embora com direitos garantidos perante a lei, sofre o histórico processo dessa desigualdade.

No que diz respeito mais especificamente aos padrões de gênero e sexualidade, é preciso sublinhar a crescente individualização das sociedades e ampliação da autonomia pessoal, especialmente das mulheres, transformações nos padrões de conjugalidade e família, autonomização da sexualidade (ou separação entre sexualidade e reprodução), com impactos importantes sobre a fecundidade e desdobramentos no que se refere à contestação não apenas de padrões “tradicionais” de relações entre gêneros e de famílias, mas também da heteronormatividade compulsória. (CORREA, 2009, p. 124)

Esse processo de desigualdade, gerado por padrões heteronormativos, refletem em várias instituições sociais. Estamos a 29 anos da promulgação da constituição federal, cujo princípio norteador é a liberdade e, nessa perspectiva, ainda a mulher pode ser atingida por diversas formas de violência, dentre elas: Violência física, Violência psicológica, Violência sexual, Violência institucional e Violência nos serviços de saúde (SÃO PAULO, 2007).

Essas violências demarcam a fragilidade das políticas de igualdade que, via de regra, não garantem equidade social. Percebe-se, por exemplo, uma maior integração feminina na força de trabalho assalariada, “o que tem mudado o equilíbrio entre homens e mulheres, mas mesmo assim as desigualdades importantes sobrevivem e permanecem profundamente encravadas” (WEEKS, 2000, p. 46).

A mulher, o homossexual, as crianças, os negros e outros grupos que sofrem as pressões da heteronormatividade, constituem minorias discriminadas pela desigualdade social, oriunda das relações de gênero.

As relações de gênero, quando desiguais, tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. Os atributos e papéis relacionados ao gênero não são determinados pelo sexo biológico. Eles são construídos histórica e socialmente e podem ser transformados. (HERA, 1998, p. 47)

Esse entendimento da constituição de identidades de gênero e dos papéis sexuais é fundamental para compreensão da desigualdade de gênero, que se estrutura como artefato da história.

A desigualdade de gênero e a opressão sexual não são fatos imutáveis da natureza, mas sim artefatos da história, ajudando a nos fazer lembrar que as estruturas da desigualdade e da injustiça, que tão freqüentemente parecem organizar o campo sexual, bem como outras formas de injustiça social, podem, de fato, ser transformadas através da ação intencional e de iniciativas políticas progressistas. (BRITZMAN, 2000, p.103).

A autora descreve a importância de políticas afirmativas e intencionais no combate à desigualdade de gênero e à desigualdade social. A Escola se constitui num ambiente onde essas desigualdades são reproduzidas constantemente, através da separação sexual de banheiros, brincadeiras de meninos e meninas, discursos dos indivíduos, comemorações de dia dos pais e dia das mães.

A educação, enquanto instituição social, precisa ser aliada ao combate das desigualdades de gênero, adotando mudanças curriculares que visem práticas pedagógicas não sexistas e não heteronormativas.



Figura 2: Desigualdade de gênero em brincadeiras infantis⁵

Na figura, há uma demonstração da desigualdade de gênero, na qual meninos e meninas são educados para diferentes comportamentos sociais. A menina, através da boneca, é instigada ao “cuidado” da maternidade, enquanto o menino se ocupa com jogo de futebol. A frase da campanha contra o preconceito expressa a necessidade urgente de combater essa desigualdade: “Não faça preconceito entre meninos e meninas. Preconceitos devem ser combatidos em casa e na escola. Não dê tarefas diferentes por causa do

⁵ Fonte: educarparacrescer.com.br (Acesso em maio de 2017).

gênero.” Embora, o termo gênero sendo usado como sinônimo de sexo, a campanha tem um imenso valor, a fim de pensar uma verdadeira educação para a diversidade.

As desigualdades de gênero geraram, por muito tempo, diversos tabus acerca da valorização da virgindade feminina e da proibição da masturbação. A seguir, buscamos alguns apontamentos sobre a virgindade e a masturbação.

3.3. Masturbação e valorização da virgindade feminina

Na pesquisa sobre o Livro Didático de Ciências que deu origem a esse material, tanto o tema masturbação quanto virgindade foram totalmente negados pelo Livro Didático. Motivo pelo qual se tornou relevante reunir informações teóricas que possam auxiliar o docente na condução dessas temáticas junto aos estudantes. Ao negá-las, o livro contribui para efetivação de crenças socialmente difundidas. Por outro lado, ambas as temáticas se configuram forte tabus religiosos, e estão carregadas de mitos e crenças.

Niedersberg (2008) constata que “o ato masturbatório aparece bem antes da adolescência, mas, é nesta idade, entre 11 e 13 anos após o término da latência. Neste período surge uma grande quantidade de excitação sexual, aliás, muito semelhante com a da vida adulta” (p. 01).

No início do século anterior, Freud já descrevia a masturbação como uma forma de conhecimento do corpo:

“A masturbação da puberdade, na realidade, nada mais é do que um revivescimento da masturbação da tenra infância, um assunto que até hoje tem sido invariavelmente desprezado. O problema da masturbação torna-se insolúvel se a tratarmos como uma unidade clínica, esquecendo que ela pode representar a descarga de todos os tipos de componentes

sexuais e de todos os tipos de fantasias a que esses componentes podem dar origem". (FREUD, 1909, p. 205.)

Porém, muitas instituições educacionais, mesmo destinadas somente a meninos, por muito tempo apresentou uma forma de controle de corpos, que proibia os meninos de qualquer prática que pudesse estar relacionada à masturbação ou que incitasse o desejo sexual.

[...] não era permitido aos meninos andarem juntos, em pequenos grupos, nem mesmo manterem conversas isoladas no pátio, pois, de acordo com o Guia, não poderia haver nada de edificante na conversa entre dois ou três meninos que se afastam dos demais. Havia ainda a separação entre pequenos e grandes, bem como a proibição de contato físico com outro menino. Outra recomendação importante referia-se à proibição de manterem as mãos nos bolsos, numa alusão muito clara à possibilidade de masturbação. (FELIPE, 2000, p. 118)



Figura 3: Cinto antimasturbação⁶

A figura, de acordo com a fonte, que apresentou uma reportagem sobre as sinistras máquinas de repressão, mostra o aparato anti-masturbação, hoje em exposição no *Sexmachine Museum of Praga*. O raro dispositivo de cobre é datado de 1880. O instrumento era fixado através de uma correia e servia para evitar tanto a automanipulação, quanto os escapes noturnos de sêmen.

A figura mostra o quanto havia controle sobre o corpo dos jovens a fim de evitar as práticas masturbatórias. Segundo a fonte, o aparato era fortemente utilizado por jovens católicos.

⁶ Fonte: <http://neilatavaresgeleiaegeral.blogspot.com.br> (Acesso em maio de 2017).

Nessa mesma ótica da proibição, dos tabus e dos mitos da masturbação, a virgindade feminina foi/é carregada de valores históricos e culturais, que se enraizaram ao longo do tempo. Assim, enquanto as mulheres eram preparadas para o casamento e para dar conta das atividades domésticas e dos cuidados da casa, havia o silenciamento sobre o corpo, a masturbação feminina era completamente proibida, cujo órgão genital é interno, e a virgindade feminina super valorizada.

O controle do corpo feminino, a conservação do mesmo intacto, sem a mácula da vergonha, ou seja, da perda da virgindade antes das núpcias impunha à mulher uma exigência de conduta social que estabelecia o controle feminino sobre seu corpo e a obrigatoriedade de distanciar-se dos apelos da sexualidade (SCHEMES e LIMA, 2015, p. 121 e 122)

Diferentemente dos rapazes, cuja masturbação era proibida, mas que cedo experimentavam o sexo, estimulados pelos pais e demais figuras masculinas, a mulher tinha seu corpo controlado, como se as sexualidades femininas estivessem num casulo e só se libertassem depois do casamento, através do rompimento do hímen.

Essa valorização dada à virgindade ao longo do tempo permite a reflexão sobre as condutas e papéis sociais direcionados às mulheres (SCHEMES e LIMA, 2015).

A valorização dada à virgindade feminina, reafirmada por valores religiosos e culturais, fizeram a mulher se sentir responsável por garantir a virgindade até o casamento.

Manter as jovens “puras” até o casamento tornou-se algo mais problemático com o aumento da idade ao casar propiciado pela Revolução demográfica. Caberia a elas a responsabilidade moral na preservação de sua virgindade e, conseqüentemente, maior culpa em caso de perda antes do matrimônio (KNIBIEHLER, 2016, p. 1016).

Lembramos aqui de uma aluna de 15 anos, que relatou que só fazia sexo anal com o namorado a fim de manter virgem para o casamento. Dessa forma, não havendo rompimento do hímen, a virgindade biológica estaria garantida. Havia uma preocupação da menina com a constituição de sua virgindade, posto que ela tinha o sonho de casar com roupas brancas e carregar flores ‘copos de leite’, pois esses eram, segundo a sua família, o símbolo da moça “pura”. Para além disso estava ali constituído um conceito totalmente biológico para a virgindade.

Nessa conjuntura, uma adolescente certamente pensará e construirá muitos mitos acerca do momento em que vai ‘perder’ sua virgindade, por outro lado, dificilmente um adolescente se posicionará como virgem, a virgindade masculina é carregada de outros sentidos, que por si só, não recebem a mesma valorização cultural. Meninos que chegam

virgens ao final da adolescência podem ter sua orientação sexual questionada. “Há sempre disputa acerca dos valores e sentidos sobre o corpo e seu uso, em que estão em jogo classificações sociais, posições de prestígio e a produção de acusações” (MORAES, 2011, p.439).

Mesmo na contemporaneidade, quando as diversidades e identidades ganham mais espaço social, “deixar de ser virgem é ainda no século XXI um rito, triunfal ou angustiante, diante da grande variedade de experiências, levando a crer que a subjetividade pesa hoje muito mais do que antes” (MORAES, 2011, p. 1017).

Levar às discussões que tratem diferentes pontos de vistas e diferentes ideologias, fazem com que a diversidade de opiniões possa ser ouvida e debatida. Por outro lado, faz-se necessário que as práticas pedagógicas deem importância a discussões como masturbação e virgindade. Enquanto estiver silenciando esses assuntos, a escola estará contribuindo para que a masturbação esteja circundada de muitos mitos e que a virgindade feminina continue super valorizada. Silenciar é uma negação que fortalece o enraizamento de preconceitos e estereótipos sociais.

Para finalizar este caderno, apresentamos uma série de sugestões de filmes e textos que possam auxiliar o trabalho do/a docente, ao longo de sua prática.

4. SUGESTÕES DE FILMES QUE TRATAM AS SEXUALIDADES E O GÊNERO

FILME: MINHA VIDA EM COR DE ROSA

Direção: Alain Berliner

Sinopse: Ludovic (Georges Du Fresne) vive com a sua família em um belo e tranquilo subúrbio de Paris. Mas a pacata vida de sua família irá transformar-se quando o pequeno Ludo revela o seu maior sonho: ele tem toda certeza de que quer ser uma garota. Divertida e emocionante, essa premiada e comovente história é permeada de fantasia e trata da aceitação das diferenças com uma doçura inigualável. Ano de Lançamento (Bélgica/França): 1997.

Fonte:

[http://www.interfilmes.com/filme_19485_Minha.Vida.em.Cor.de.Rosa-\(Ma.vie.en.rose\).html](http://www.interfilmes.com/filme_19485_Minha.Vida.em.Cor.de.Rosa-(Ma.vie.en.rose).html)

FILME: O SEGREDO DE BROKEBACK MOUNTAIN

Direção: Ang Lee

Sinopse: Jack Twist (Jake Gyllenhaal) e Ennie Del Mar (Heath Ledger) são dois jovens que se conhecem no verão de 1963, após serem contratados para cuidar das ovelhas de Joe Aguirre (Randy Quaid) em Brokeback Mountain. Jack deseja ser cowboy e está trabalhando no local pelo 2º ano seguido, enquanto que Ennie pretende se casar com Alma (Michelle Williams) tão logo o verão acabe. Vivendo isolados por semanas, eles se tornam cada vez mais amigos e iniciam um relacionamento amoroso. Ao término do verão cada um segue sua vida, mas o período vivido naquele verão irá marcar suas vidas

para sempre. Título Original: Brokeback Mountain. Gênero: Drama. Tempo de Duração: 134 minutos. Ano de Lançamento (EUA): 2005. Site Oficial: www.brokebackmountain.com

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/brokeback-mountain/brokeback-mountain.asp#Sinopse>

FILME: TRANSAMÉRICA

Direção: Duncan Tucker

Sinopse: Bree Osbourne (Felicity Huffman) é uma orgulhosa transexual de Los Angeles, que economiza o quanto pode para fazer a última operação que a transformará definitivamente numa mulher. Um dia ela recebe um telefonema de Toby (Kevin Zegers), um jovem preso em Nova York que está à procura do pai. Bree se dá conta de que ele deve ter sido fruto de um relacionamento seu, quando ainda era homem. Ela, então, vai até Nova York e o tira da prisão. Toby, a princípio, imagina que ela seja uma missionária cristã tentando convertê-lo. Bree não desfaz o mal-entendido, mas o convence a acompanhá-la de volta para Los Angeles. Título Original: Transamerica. Gênero: Drama. Tempo de Duração: 103 minutos. Ano de Lançamento (EUA): 2005. Site Oficial: www.transamerica-movie.com

Fonte:

<http://www.adorocinema.com/filmes/transamerica/transamerica.asp#Sinopse>

FILME: MÁ EDUCAÇÃO

Direção: Pedro Almodóvar

Sinopse: Madri, 1980. Enrique Goded (Fele Martínez) é um cineasta que passa por um bloqueio criativo e está tendo problemas em elaborar um novo projeto. É quando se aproxima dele um ator que procura trabalho, se identificando como Ignacio Rodriguez (Gael García Bernal), que foi o amigo mais íntimo de Enrique e também o primeiro amor da sua vida, quando ainda eram garotos e estudavam no mesmo

colégio. Goded recebe do antigo amigo um roteiro intitulado “A Visita”, que parcialmente foi elaborado com experiências de vida que ambos tiveram. Goded lê o roteiro com profundo interesse. Este relata as fortes tendências de pedofilia que tinha um professor de literatura deles, o padre Manolo (Daniel Giménez Cacho), que vendo Ignacio e Enrique em atitude suspeita diz que vai expulsar Enrique. Ignacio, sabendo que Manolo era apaixonado por ele, diz que fará qualquer coisa se ele não expulsar Enrique. Então Manolo promete e molesta Ignacio, mas não cumpre a promessa e expulsa Enrique. Goded decide usar a história como base do seu próximo filme e, por causa de um isqueiro, vai até a casa de Ignacio e constata uma verdade surpreendente. Título Original: La Mala Educación.

Gênero: Drama. Tempo de Duração: 105 minutos. Ano de Lançamento (Espanha): 2004. Site Oficial: www.lamalaeducacion.com

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/ma-educacao/ma-educacao.asp#Sinopse>

FILME: MENINOS NÃO CHORAM

Direção: Kimberly Peirce

Sinopse: Saiba como Teena Brandon se tornou Brandon Teena e passou a reivindicar uma nova identidade, masculina, numa cidade rural de Falls City, Nebraska. Brandon inicialmente consegue criar uma imagem masculinizada de si mesma, se apaixonando pela garota com quem sai, Lana, e se tornando amigo de John e Tom. Entretanto, quando a identidade sexual de Brandon vem à público, a revelação ativa uma espiral crescente de violência na cidade. Título Original: Boys Don't Cry. Gênero: Drama.

Tempo de Duração: 114 minutos. Ano de Lançamento (EUA): 1999.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/meninos-nao-choram/meninos-nao-choram.asp#Sinopse>

FILME: OLGA**Direção:** Jayme Monjardim

Sinopse: Olga Benário (Camila Morgado) é uma militante comunista desde jovem, que é perseguida pela polícia e foge para Moscou, onde faz treinamento militar. Lá ela é encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes (Caco Ciocler) ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935, se apaixonando por ele na viagem. Com o fracasso da revolução, Olga é presa com Prestes. Grávida de 7 meses, é deportada pelo governo Vargas para a Alemanha nazista e tem sua filha Anita Leocádia na prisão. Afastada da filha, Olga é então enviada para o campo de concentração de Ravensbrück. Título

Original: Olga. Gênero: Drama. Tempo de Duração: 141 minutos. Ano de Lançamento (Brasil): 2004.

Fonte:

<http://www.adorocinema.com/filmes/olga/olga.asp#Sinopse>

FILME: JOANA D'ARC**Direção:** Luc Besson

Sinopse: Em 1412, nasce em Domrèmy, França, uma menina chamada Joana (Milla Jovovich).

Ainda jovem, ela desenvolve uma religiosidade tão intensa que a fazia se confessar algumas vezes por dia. Eram tempos árduos, pois a Guerra dos Cem Anos com a Inglaterra se prolongava desde 1337. Em 1420, Henrique V e Carlos VI assinam o Tratado de Troyes, declarando que após a morte de seu rei a França pertencerá à Inglaterra. Porém, ambos os reis morrem e Henrique VI é o novo rei dos dois países, mas tem poucos meses de idade e Carlos (John Malkovich), o delfim da França, não deseja entregar seu reino para uma criança. Assim, os ingleses invadem o país e ocupam Compiègne, Reims e Paris, sendo detidos pelo rio Loire. Carlos foge para Chinon, mas ele deseja realmente ir para Reims, onde por tradição os soberanos franceses são coroados, mas como os ingleses dominam a região, isto se

torna um problema. Até que surge Joana que, além de se intitular a “Donzela de Lorraine”, tinha uma determinação inabalável e dizia que estava em uma missão divina, para libertar a França dos ingleses. Desesperado por uma solução, o delfim resolve lhe dar um exército, com o qual ela recupera Reims, onde o delfim é coroado Carlos VII. Mas se para ele os problemas tinham acabado, para Joana seria o início do seu fim. Título Original: The Messenger: The Story of Joan of Arc. Gênero: Drama. Tempo de Duração: 155 minutos. Ano de Lançamento (EUA): 1999. Site Oficial: www.joan-of-arc.com

Fonte: Adaptado de:
<http://www.adorocinema.com/filmes/joana-darc/joana-darc.asp#Sinopse>

FILME: HOJE EU QUERO VOLTAR SOZINHO

Direção: Daniel Ribeiro

Sinopse: Leonardo (Ghilherme Lobo), um adolescente cego, tenta lidar com a mãe superprotetora ao mesmo tempo em que busca sua independência. Quando Gabriel (Fabio Audi) chega à cidade, novos sentimentos começam a surgir em Leonardo, fazendo com que ele descubra mais sobre si mesmo e sua sexualidade. Gênero: Drama. Tempo de Duração 96 minutos. Lançamento 2014.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-224664/>

FILME: XXY

Direção: Lucia Puenzo

Sinopse: Alex (Inés Efron) nasceu com ambas as características sexuais. Tentando fugir dos médicos que desejam corrigir a ambiguidade genital da criança, seus pais a levam para um vilarejo no Uruguai. Eles estão convencidos de que uma cirurgia deste tipo seria uma violência ao corpo de Alex e, com isso, vivem isolados numa casa nas dunas. Até que, um dia, a família recebe a visita de um casal de amigos, que leva consigo o filho adolescente. É quando Alex, que está

com 15 anos, e o jovem, de 16, sentem-se atraídos um pelo outro. Gênero Drama. Ano de Lançamento: 2008.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-128359/>

FILME: Milk – a voz da igualdade

Direção: Gus Van Sant

Sinopse: Início dos anos 70. Harvey Milk (Sean Penn) é um nova-iorquino que, para mudar de vida, decidiu morar com seu namorado Scott (James Franco) em San Francisco, onde abriram uma pequena loja de revelação fotográfica. Disposto a enfrentar a violência e o preconceito da época, Milk busca direitos iguais e oportunidades para todos, sem discriminação sexual. Com a colaboração de amigos e voluntários (não necessariamente homossexuais), Milk entra numa intensa batalha política e consegue ser eleito para o Quadro de Supervisor da cidade de San Francisco em 1977, tornando-se o primeiro gay assumido a alcançar um cargo público de importância nos Estados Unidos. Gênero: Drama. Ano de Lançamento: 2009. Duração 127 minutos.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-130781/>

FILME: ESTRELAS ALÉM DO TEMPO

Direção: Theodore Melfi

Sinopse: 1961. Em plena Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética disputam a supremacia na corrida espacial ao mesmo tempo em que a sociedade norte-americana lida com uma profunda cisão racial, entre brancos e negros. Tal situação é refletida também na NASA, onde um grupo de funcionárias negras é obrigada a trabalhar à parte. É lá que estão Katherine Johnson (Taraji P. Henson), Dorothy Vaughn (Octavia Spencer) e Mary Jackson (Janelle Monáe), grandes amigas que, além de provar sua competência dia após dia, precisam lidar com o preconceito arraigado para que consigam ascender na hierarquia da NASA. Gênero: drama. Ano de lançamento: 2017. Duração 126 minutos.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-219070/>

5. SUGESTÕES DE TEXTOS QUE TRATAM DAS SEXUALIDADES E DO GÊNERO

TÍTULO: O corpo Educado (2000)

AUTOR: LOURO, Guacira

RESUMO: Organizado pela professora Guacira Lopes Louro, O Corpo educado - pedagogias da sexualidade (Editora Autêntica), trata da produção histórica da sexualidade, das formas como ela vem sendo teorizada e exercida hoje. Os autores, todos de renome internacional, refletem sobre as desigualdades e as diferenças histórica e sociais e convidam os leitores a compartilhar de sua inconformidade face ao silêncio e à marginalização impostos a sujeitos e práticas sexuais.

NÚMERO DE PÁGINAS: 127

LINK:<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>

TÍTULO: GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO (1997)

AUTOR: LOURO, Guacira

RESUMO: Este livro tem o caráter de introdução aos estudos de gênero. A obra apresenta conceitos e teorias recentes no campo dos estudos feministas e suas relações com a educação, estuda as relações do gênero com a sexualidade, as redes do poder, raça, classe, a busca de diferenciação e identificação pessoal e suas implicações com as práticas educativas atuais.

NÚMERO DE PÁGINAS: 184

LINK:<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>

TÍTULO: Virgindade: tema atual, tema de História (2016)

AUTOR: KNIBIEHLER, Yvonne.

RESUMO: O texto trata do tema virgindade, como constituição cultural, num tempo em que persistem discriminações e violências contra as mulheres, vemos novas tecnologias e formas aprimoradas de comunicação sendo usadas também para agravá-las.

NÚMERO DE PÁGINAS: 03

LINK: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000301015

TÍTULO: CORPO, ESCOLA E IDENTIDADE (2000)

AUTOR: LOURO, Guacira

RESUMO: Na tradição dualista, natureza e cultura estão separadas, e o corpo, localizado no âmbito da natureza, é negado na instância da cultura. Argumento contra esse pensamento dicotômico. Centralizando a análise nas dimensões de gênero e sexualidade, passo em revista teorizações que vão do determinismo biológico ao construcionismo social, buscando problematizar o uso genérico e banalizado da expressão "construção social". Assumo que, tal como o gênero, a raça ou a classe, a sexualidade também precisa ser compreendida no âmbito da história e da cultura. Em consequência, algumas identidades gozam de privilégios, legitimidade, autoridade; outras são representadas como desviantes, ilegítimas, alternativas. Fazendo uso de depoimentos e registros etnográficos, demonstro como se dá a produção de identidades "normais" e identidades "marcadas"; comentando, finalmente, os desafios que a multiplicidade de grupos e "tribos" juvenis coloca para as análises dicotômicas e polarizadas.

NÚMERO DE PÁGINAS: 17

LINK: <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/File/46833/29119>

TÍTULO: INFÂNCIA, GÊNERO E SEXUALIDADE (2000)

AUTOR: FELIPE, Jane

RESUMO: Infância, gênero e sexualidade. Este artigo discute as representações de gênero e sexualidade extraídas de revistas pedagógicas e de alguns livros que circulavam em Porto Alegre na primeira metade do século XX, os quais objetivam a formação de meninos e meninas, através de conselhos e prescrições de como deveriam se comportar e conduzir suas vidas. Valho-me neste trabalho das contribuições dos Estudos Feministas, numa perspectiva pós-estruturalista de análise.

NÚMERO DE PÁGINAS: 17

LINK:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/48688>

TÍTULO: A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL (2011)

AUTOR: Virginia Georg Schindhelm

RESUMO: O artigo reflete sobre a sexualidade das crianças no contexto escolar. Sexualidade é uma construção social, ainda hoje, polêmica na escola pela multiplicidade de visões, crenças, tabus, interditos e valores dos que nela estão inseridos. Se infans é o que não fala, é possível pensarmos na sexualidade infantil como aquela sobre a qual não se pode falar e também não se pode ver?

NÚMERO DE PÁGINAS: 17

LINK: <http://www.uff.br/revistaleph/pdf/art9.pdf>

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CORREA, Sônia. **Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo.** In: ABEP, Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo, ABEP/UNFPA. Campinas. 2009.

BARROS, Luiz Felipe Walter. **Aborto: de onde vem e para onde está indo a discussão?** ABEP/UNICAMP. 2008.

Disponível

em:<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1819.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei do Deputado Jean Wyllys, de 7 de agosto de 2006.** Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências. 2015. Disponível em:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrar_integra?codteor=131315>. Acesso em: 15 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** temas transversais, orientação sexual. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FELIPE, Jane. Infância, gênero e sexualidade. Educação e Realidade, v. 4, n. 1, p. 115-31, dez. 1999/jul. 2000.

FREUD, Sigmund. Notas sobre um caso de neurose obsessiva. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume X (1909), 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

FURLANI, Jimena. Gênero e Sexualidade nos materiais didáticos e paradidáticos. In: Educação para igualdade de gênero – salto para o futuro. Ano XVIII – Boletim 26 – Novembro de 2008, TV Escola, 2008.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artimed, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na Pós- modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&a, 2006.

HERA. Direitos sexuais e reprodutivos e saúde das mulheres: idéias para ação. Health, Empowerment, Rights & Accoutability Nova York: HERA, 1998. Disponível em:<<http://www.iwhc.org/hera>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

KNIBIEHLER, Yvonne. História da virgindade. São Paulo: Contexto, 2016.

LAQUEUR, Thomas Walter. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

LOURO, Guacira L. Corpo, Escola e Identidade. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 25, n.2, jul/dez.2000: 59-72.
Disponível em
<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/46833/29119>. Acesso em: 20 maio de 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade.** In LOURO, G (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo horizonte: Autêntica, 2000.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia:** o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias, Porto Alegre, n. 21, jan./ jun. 2009.

MORAES, Andrea. **O corpo no tempo: velhos e envelhecimento.** In: AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. História do corpo no Brasil. São Paulo: UNESP, 2011.

NIEDERSBERG, Marcelo Coelho. **O Papel da Masturbação no Desenvolvimento Sexual do Adolescente.** Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade, Porto Alegre, n.05, Jan/Fev/Mar 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. **Sexualidade.** Curitiba/PR 2009. 216p.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. **Caderno de Violência Doméstica e Sexual Contra a Mulher..** São Paulo. 2007. 218p.

SCHEMES, Claudia; LIMA, Magna. **O selo da honestidade:** a virgindade e o controle moral do corpo. *Hist. R.*, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 120–138, mai./ago. 2015.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, José Amilton. **O olhar das religiões sobre a sexualidade.** Sem ano. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/728-4.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a Sexualidade.** In LOURO, G (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo horizonte: Autêntica, 2000.



SEXUALIDADES E GÊNERO:

CORPOS CULTURALMENTE
CONSTRUÍDOS E HISTORICAMENTE
MODELADOS.

ESTE CADERNO APRESENTA
TEMÁTICAS RELATIVAS AO GÊNERO E
ÀS SEXUALIDADES, SERVINDO DE
APOIO TEÓRICO AO PROFESSOR/A AO
LONGO DAS ATIVIDADES
PEDAGÓGICAS, TECENDO-SE COMO UM
MATERIAL AUXILIAR E
COMPLEMENTAR AO LIVRO DIDÁTICO.



PPGCITED
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO



INSTITUTO FEDERAL
SUL-RIO-GRANDENSE